



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LONGO – PDT

A SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS
PARA SUA TRAMITAÇÃO
Em 08/11/2025
Presidente

PROJETO DE LEI N.º 118 / 2025

“Institui o Selo da Agricultura Familiar no âmbito do Estado do Acre, estabelece diretrizes para sua concessão e uso, e dá outras providências.”

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado do Acre, o **Selo da Agricultura Familiar**, com o objetivo de identificar, valorizar e promover a produção agropecuária artesanal oriunda da agricultura familiar, assegurando a conformidade dos produtos com padrões de qualidade e segurança sanitária.

§ 1º O Selo da Agricultura Familiar será concedido a produtos de origem animal e vegetal, in natura ou processados, produzidos por agricultores familiares, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 2º A concessão do Selo observará os princípios da simplicidade, da inclusão produtiva, da sustentabilidade ambiental e da valorização da cultura e dos saberes tradicionais locais.

Art. 2º A coordenação da política relativa ao Selo da Agricultura Familiar caberá à **Secretaria de Estado de Agricultura**, que poderá celebrar parcerias com órgãos públicos, cooperativas, associações, entidades do Sistema S, universidades e instituições de pesquisa e extensão rural.

§ 1º Compete à Secretaria de Estado de Agricultura regulamentar, conceder, monitorar e divulgar o uso do selo, observadas as normas sanitárias vigentes.

§ 2º A regulamentação disporá sobre os critérios técnicos e os procedimentos para concessão, uso, fiscalização e perda do direito ao uso do Selo.

Art. 3º Poderão pleitear o Selo da Agricultura Familiar:



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LONGO – PDT

I – Agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais reconhecidos nos termos da legislação federal;

II – Povos indígenas, comunidades tradicionais e extrativistas que pratiquem atividades produtivas sustentáveis;

III – Associações e cooperativas compostas majoritariamente por agricultores familiares;

IV – Produtores urbanos e periurbanos vinculados a projetos de agricultura familiar reconhecidos pelo Estado.

Parágrafo único. A comprovação da condição de agricultor familiar ou de pertencimento às demais categorias será exigida no ato de solicitação do selo.

Art. 4º Para fins desta Lei, considera-se produção artesanal da agricultura familiar aquela que:

I – Utiliza predominantemente matéria-prima de origem própria ou local;

II – Adota técnicas de baixo impacto ambiental e respeito à biodiversidade;

III – Observa boas práticas de fabricação e manipulação;

IV – Tem participação direta do agricultor e sua família no processo produtivo.

Art. 5º O Selo da Agricultura Familiar será afixado nas embalagens ou materiais de divulgação dos produtos certificados, segundo identidade visual padronizada.

§ 1º É vedado o uso do selo em produtos que não tenham sido certificados nos termos desta Lei.



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LONGO – PDT

§ 2º A identidade visual do selo será definida por meio de ato do Poder Executivo, com participação de representantes da agricultura familiar.

Art. 6º A fiscalização do uso do Selo da Agricultura Familiar será exercida pela Secretaria de Estado de Agricultura, com apoio dos órgãos sanitários competentes e poderá resultar:

I – Na suspensão temporária do direito de uso, nos casos de irregularidade sanável;

II – Na cassação do selo, em caso de reincidência, fraude ou risco à saúde pública.

Art. 7º Aos produtores e organizações que obtiverem o Selo da Agricultura Familiar poderão ser concedidos, observadas as normas estaduais vigentes:

I – Prioridade na aquisição institucional de alimentos pela Administração Pública estadual, em especial em programas de alimentação escolar, saúde, assistência social e segurança alimentar;

II – Apoio técnico gratuito para adequação das unidades produtivas às normas sanitárias e de boas práticas de produção, inclusive por meio de convênios com universidades e instituições do Sistema S (SEBRAE, SENAR, IFAC, UFAC, entre outras);

III – Isenção ou redução de taxas estaduais para registro sanitário, licenciamento ambiental ou emissão de documentos técnicos relacionados à atividade produtiva familiar;

IV – Capacitações e formações continuadas em temas como gestão, controle de qualidade, agregação de valor, marketing e comercialização;

V – Prioridade na participação em feiras, exposições e espaços públicos de comercialização, promovidos ou apoiados pelo Governo do Estado.



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LONGO – PDT

Parágrafo único. Os incentivos previstos neste artigo poderão ser regulamentados por ato do Poder Executivo e implementados de forma gradual, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Deputado FRANCISCO CARTAXO”, 05 de agosto de 2025.

Assinatura manuscrita de Pedro Longo em tinta preta.

Deputado PEDRO LONGO – PDT



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LONGO – PDT

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa instituir, no âmbito do Estado do Acre, o **Selo da Agricultura Familiar**, como instrumento de reconhecimento oficial da origem, da qualidade e da sustentabilidade dos produtos oriundos da agricultura familiar e das comunidades tradicionais. Trata-se de uma medida essencial para promover **inclusão produtiva, geração de renda, segurança alimentar, fortalecimento das economias locais e preservação dos saberes tradicionais**.

A agricultura familiar representa o principal sustento de inúmeras famílias no Estado do Acre e é responsável por significativa parcela da produção de alimentos consumidos diariamente pela população. Entretanto, **ainda enfrenta barreiras de acesso aos mercados**, sobretudo em razão da informalidade, da baixa escala produtiva, das dificuldades de regularização sanitária e da ausência de certificações que agreguem valor aos seus produtos.

O Selo da Agricultura Familiar vem justamente para **preencher essa lacuna**, funcionando como uma **ferramenta de estímulo à formalização, à qualificação e à visibilidade comercial dos pequenos produtores**, garantindo que seus produtos sejam reconhecidos pelo Estado como alimentos seguros, produzidos com responsabilidade social e ambiental.

Além disso, ao permitir que produtos certificados com o selo sejam prioritariamente adquiridos pela administração pública, especialmente por meio de programas de alimentação escolar, hospitais, creches e iniciativas de combate à insegurança alimentar, a proposta **articula a produção rural com políticas públicas essenciais**, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento local e de justiça social.

Importa destacar ainda que o selo contribui para:

- **fortalecer circuitos curtos de comercialização**, estimulando a economia de base comunitária;
- **incentivar práticas produtivas sustentáveis**, com menor impacto ambiental;
- **valorizar a sociobiodiversidade e os produtos tradicionais regionais**, com identidade cultural própria;
- **aumentar a competitividade e o valor agregado** dos produtos da agricultura familiar;
- **e impulsionar o protagonismo das cooperativas e associações rurais**, com mais acesso a assistência técnica e mercados institucionais.



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LONGO – PDT

Em síntese, trata-se de uma medida de **impacto social, econômico e ambiental**, que traduz em política pública efetiva o reconhecimento da importância estratégica da agricultura familiar para o presente e o futuro do nosso Estado.

Diante de tais fundamentos, **conto com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto de lei**, que representa um passo decisivo na valorização do trabalho das famílias rurais acreanas, na promoção do desenvolvimento regional e na consolidação de uma economia mais inclusiva, sustentável e solidária.

Sala das Sessões “Deputado FRANCISCO CARTAXO”, 05 de agosto de 2025.


Deputado PEDRO LONGO – PDT